



POLÍTICAS FORMATIVAS COMO CONCEPÇÃO EMANCIPATÓRIA E CONSTRUTIVA DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE

GT 12: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Pôster

Lilia Líciele Vieira Moreira (Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdU/
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR)

lilia.v@aluno.ufr.edu.br

Débora Aparecida Blanco Gonsales Rodrigues (Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em
Educação - PPGEdU/ Universidade Federal de Rondonópolis/UFR)

dbgonsales@hotmail.com

Simone da Silva Reis (Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdU/
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR)

simone.reis@aluno.ufr.edu.br

Edna Nonato Santana (Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdU/
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR)

ednamagrela01@gmail.com

1 Introdução

As políticas formativas desempenham um papel crucial na constituição da identidade e da profissionalidade docente. Ao longo da história, diversas abordagens pedagógicas moldaram a formação de professores, mas é uma concepção emancipatória e construtiva que mais se destaca ao propor uma educação crítica e transformadora. Segundo Paulo Freire (2004), a formação de professores deve estar enraizada no diálogo, na conscientização e no compromisso com a transformação social. Francisco Imbernón (2011) complementa essa visão ao argumentar que a formação docente deve ser um processo contínuo, dinâmico e reflexivo, que prepara o educador para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança. Portanto, discutir políticas formativas sob essa perspectiva é essencial para garantir uma profissionalidade docente que seja, ao mesmo tempo, autônoma, crítica e reflexiva.

O desenvolvimento metodológico deste estudo, de natureza qualitativa, está subsidiado na revisão bibliográfica de algumas obras de Paulo Freire e Francisco Imbernón, oferecendo ângulos de análises importantes sobre os princípios de ação pedagógica crítica e emancipatória.

2 Análise sobre as políticas formativas e a autonomia docente

As políticas formativas têm um papel fundamental na construção da profissionalidade docente, especialmente quando se trata de uma concepção emancipatória. Tema que é amplamente discutido por teóricos da educação como Paulo Freire, Francisco Imbernón. Esses autores compartilham a ideia de que a formação docente é um processo contínuo, colaborativo, humano e crítico, que valoriza a autonomia dos educadores e que estes promovam uma prática transformadora e comprometida com o social.

Para Paulo Freire (1987), a formação do educador é inseparável do conceito de educação como prática de liberdade. Segundo o autor, a formação docente deve ser emancipatória, permitindo que os docentes desenvolvam uma consciência crítica em relação à realidade de onde estão inseridos.

A profissionalidade docente, segundo Freire, está intrinsecamente ligada ao diálogo. Ele valoriza as relações humanas na educação, defendendo que o diálogo é fundamental para a construção do conhecimento. Na formação docente, a prática reflexiva não é entendida como competência de técnicas, mas de impulsionar uma postura crítica e transformadora.

Freire ainda enfatiza a importância do diálogo e da ação política na formação do professor e da professora. Segundo ele o educador deve ser capaz de compreender o contexto social de seus estudantes e atuar como agente de mudança. Com isso, a política formativa freiriana é, por natureza, emancipatória, pois procura para a transformação social por meio da educação.

Francisco Imbernón (2010), traz o conceito de formação permanente e o desenvolvimento da profissionalidade docente como pontos centrais de suas obras. O mesmo entende que a formação de professores não pode ser limitada ao período de formação inicial, essa deve constituir de um processo contínuo ao longo da carreira docente. Segundo o autor, a profissionalidade é construída em um contexto colaborativo, onde os docentes refletem suas práticas e dialogam entre si e demais profissionais da educação.

Para Imbernón, a formação docente deve ir além do domínio técnico e ainda propõe uma abordagem construtivista para a formação de professores, onde estes atuem como sujeitos ativos na construção de seu próprio conhecimento. E é nesse sentido que as políticas formativas devem promover espaços de reflexão coletiva contínua, com trocas de experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências para enfrentar os desafios de uma educação inclusiva e democrática.



3 Considerações finais

A partir da perspectiva de Freire e Imbernón, é possível concluir que as políticas formativas emancipatórias e construtivas da profissionalidade docente devem promover um processo contínuo de formação, que integre teoria e prática, e que valorize o desenvolvimento crítico e reflexivo dos professores. A formação docente, quando orientada por princípios emancipatórios, permite que o educador atue como um agente de transformação social, capaz de promover uma educação inclusiva e democrática.

Diante do exposto recomenda-se atenção as políticas formativas que tratam os docentes como meros executores de práticas pré-determinadas, sem considerar a complexidade do contexto escolar e a necessidade de mudança e inovação. O desenvolvimento docente não se restringe à aquisição de conhecimentos técnicos, mas inclui a capacidade de refletir criticamente sobre a prática educativa e o contexto social no qual está inserido. É aqui que encontramos um grande desafio, o qual necessita se romper, que é a existência de formações de caráter meramente técnicos, focados mais na capacitação de professores em conteúdos curriculares e menos na reflexão crítica sobre a realidade escolar.

Quando as políticas priorizam uma abordagem emancipatória, elas tendem a impulsionar a reflexividade crítica, a autonomia e a construção coletiva do conhecimento e logo os professores estarão desenvolvendo sua profissionalidade docente, fortalecendo suas capacidades de atuações emancipatórias.

Contudo, concluímos que as políticas formativas têm grande potencial para a construção da profissionalidade docente sob uma perspectiva emancipatória. Em consonância com as contribuições dos autores apresentados neste estudo, fica evidente que os atos formativos podem criar condições favoráveis para que os educadores desenvolvam uma prática crítica, reflexiva e emancipadora, capaz de transformar não apenas suas salas de aula, mas também o contexto social em que atuam.



Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação continuada de professores*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza*. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo Cortez, 2011.